



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia - 14/02/2015

Vigilância Sanitária, MP e Procon encontram irregularidades em supermercado do bairro Grageru

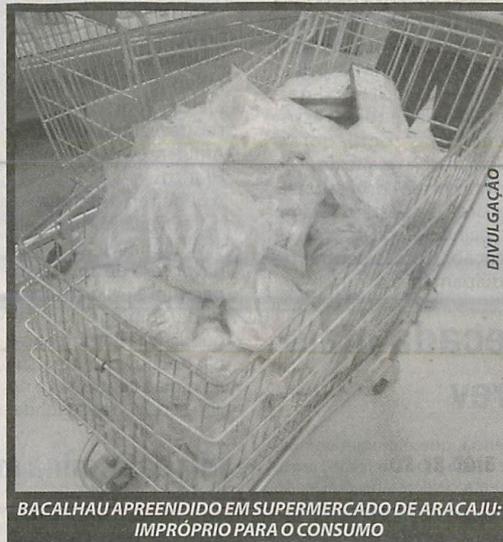
Carnes e produtos fora do prazo de validade e/ou em condições de conservação inadequados foram apreendidos por agentes da Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal (Covisa) na sexta-feira, numa grande rede de supermercado da Capital. Após recebimento de uma série de denúncias, os fiscais realizaram uma força-tarefa em defesa dos interesses de consumidores. A visita, que faz parte das ações cotidianas da Covisa, contou com a colaboração do Procon Municipal e Ministério Público de Sergipe. Acompanharam também as atividades, o coordenador da Vigilância Sanitária, Ávio Britto, a promotora do Ministério Público (responsável pela promotoria do Direito do Consumidor), Euza Missano e o coordenador do Procon Municipal Jorge Husek.

Durante as inspeções no supermercado, as equipes da Vigilância estiveram nos setores de frios, hortifrutigranjeiro, padaria e câmaras frigoríficas. Já os agentes do Procon Municipal seguiram verificando a existência de produtos com duplicidade de preço ou com embala-

gens danificadas. Segundo o coordenador da Vigilância Sanitária, Ávio Britto, logo no início das inspeções quase 80 bolos foram apreendidos na padaria do estabelecimento, além de 150 kg de bacalhau desfiado nos frios.

“Verificamos temperatura imprópria para a conservação dos produtos. No setor de carnes, o problema da temperatura também se repetiu”, enfatizou Ávio, reforçando que no estabelecimento os agentes sanitários também apuram problemas como uso de água de poço artesiano sendo colocada para confecção de comidas, além de ares condicionados com defeito.

De acordo com Ávio Britto, o estabelecimento está recebendo prazo para corrigir as inadequações. “Pedimos inclusive que a direção se encaminhe até a sede da Covisa para retirar um alvará. Caso as medidas não sejam tomadas vamos confeccionar um relatório informando formalmente o Ministério Público sobre a situação, podendo ser iniciada uma ação civil pública, para que se houver necessidade, o juiz conceda interdição, porque



BACALHAU APREENDIDO EM SUPERMERCADO DE ARACAJU: IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO

constatamos, em vários casos, uma verdadeira falta de respeito com o consumidor”, afirmou Ávio, enfatizando que há sete meses, numa vistoria passada neste mesmo estabelecimento, alguns ares condicionados já apresentavam defeito.

A promotora do Ministério Público responsável pela promotoria do Direito do Consumidor, Euza Missano reforçou que o trabalho

diligente e conjunto realizado pelos órgãos públicos têm gerado resultados positivos. “A preocupação do Ministério Público é com a saúde dos nossos consumidores que podem estar adquirindo produtos que não sejam próprios para o consumo. Hoje serão dados os prazos estabelecidos pela Vigilância e pelo Procon, esses autos deverão ser encaminhados ao MP e a par-

tir dai se não houver qualquer melhoria para o consumidor dentro daquele prazo estabelecido iremos ajuizar uma ação”, disse Euza Missano, destacando ainda que a população deve também ser fiscal e fazer denúncias junto ao MP através da ouvidoria do órgão.

O coordenador do Procon Municipal, Jorge Husek, destacou que durante as fiscalizações foram observados o cumprimento das leis municipais e federais como o respeito a Lei dos 20 minutos na fila de espera.

“Um dos erros que mais observamos no supermercado foi a duplicidade de preços. O consumidor pega a promoção e quando chega no caixa o valor não é aquele. O produto não pode ter um valor diferente. Essa duplicidade é uma falta grave pelas relações de consumo. O fornecedor pode ser punido com multa ou com medidas mais graves”, afirmou. Jorge Husek acrescentou que o Procon Municipal está à disposição da população para registrar queixas e apurar as denúncias através do telefone 151, sempre das 8h às 17h.